

JOSÉ MANUEL SOBRAL

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Abstract

Este artigo aborda a dimensão etnográfica dos textos de Aquilino Ribeiro, um dos mais importantes escritores portugueses do século XX. Aquilino escreveu várias obras de etnografia sobre a região em que nasceu, na Beira Alta, mas a vida rural desta área constituiu também o principal referente da sua ficção. Além disso, as suas obras foram produzidas num contexto nacionalista, em que o regional e o rural eram valorizados na literatura, sendo tidos ao mesmo tempo como o testemunho de modos de ser verdadeiramente nacionais. O interesse da sua obra reside não só na sua importância para a reconstrução de modos de vida rurais na primeira metade do século XX, como também por constituir uma fonte para o conhecimento de modos de ver a nação, a região e a vida rural.

Resumo

The present article discusses the ethnographical dimension of the texts of Aquilino Ribeiro. This writer, one of the most important ones of Portugal, published several works on the ethnography of his birthplace in central Portugal, and his fiction is located there. Besides, he wrote in a nationalist context where the regional and the rural were highly valued in literature, being conceived at the same time as the testimony of ways of life truly national. The interest of his work lies not only in its importance for the reconstruction of rural ways of life in the first half of the twentieth-century, but also as a source for the knowledge of ways of seeing the nation, the region and the country life.

INTRODUÇÃO

A obra de Aquilino Ribeiro tem como referente privilegiado o mundo rural em que o escritor nasceu e onde manteve uma residência durante toda a sua vida.

Conhecedor íntimo do meio de que proveio, o autor foi também membro destacado da elite letrada nacional desde o fim da sua juventude – apadrinhado por um autor consagrado, Carlos Malheiro Dias, pertenceu ao *Grupo da Biblioteca* (Nacional), reunido em torno de Jaime Cortesão, e ao núcleo que iniciou a *Seara Nova*². Por isso, o lugar preponderante que concede ao espaço rural e o modo como o mesmo é representado devem ser vistos tendo em consideração a sua experiência enquanto natural, a sua trajetória, os códigos narrativos em que escreve, a sua formação política e intelectual. Nesta última incluía-se o gosto pela história, pela pré-história, pela arqueologia e, sobretudo, pela etnografia, estreitamente vinculada às anteriores. Essas disciplinas haviam-se desenvolvido sob o signo do nacionalismo na Europa desde o princípio do século XIX, conhecendo um forte incremento na época em que Aquilino se formou. Tais interesses levaram à produção de obras como *Aldeia* (1946), *Geografia Sentimental* (1951), *Arcas Encoiradas* (1953) e *O Homem da Nave* (1954) - e, no aspecto etnogenealógico, *Os Avós dos Nossos Avós* (1943) - que, com exceção deste último, não sendo volumes de ficção, comportam elementos novelescos; o seu interesse pelo mundo rural vinha desde o volume de contos com que se estreou – *Jardim das Tormentas* (1913) – e, sobretudo, do romance *Terras do Demo* (1919).

O ensaio que apresento aborda alguns temas da obra de Aquilino relevantes para a antropologia e para a história. Relevantes de várias maneiras. Sem dúvida, por serem parte da própria história da etnografia e da antropologia, revelando interpretações e paradigmas que as marcaram em Portugal, e ecoando também abordagens genéricas produzidas nos centros intelectuais; mas por constituírem igualmente observação etnográfica detalhada do universo rural, insubstituível no que se refere ao seu espaço e tempo³. Irei

² Ver: Tabor de Vasconcelos, *Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Editorial Presença, 1965, pp. 22-23; Manuel Mendes, coord., *Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Editora Arcádia, 1960.

³ Em relação à etnografia, justificar-se-á tal asserção mais à frente; no campo da literatura portuguesa, a observação minuciosa do mundo rural de Aquilino não terá, porventura, comparação, sem esquecer a componente documental que acompanhou o neo-realismo, centrada, todavia, nas relações de dominação. Ver Óscar Lopes, *História*

¹ A pedido do autor, os editores decidiram permitir uma alteração às normas editoriais da revista.

procurar situar sumariamente os seus textos no contexto intelectual da sua época, embora saiba que procedo a simplificações nesse procedimento. Não é possível, num ensaio desta dimensão, analisar na sua complexidade os diversos elementos que contribuem para a formação do autor – pois na mesma conjugam-se a infância aldeã, a educação com vista ao sacerdócio, que perdurará na atenção conferida à religião ou aos clássicos, a iniciação laica no republicanismo e na maçonaria, as simpatias anarquistas, a estadia em Paris com a frequência da Sorbonne e a vivência boémia, o racionalismo do livre-pensador, o seu “realismo pós-naturalista” (Óscar Lopes), o seu materialismo genérico, etc⁴. O contexto aqui reconstituído será um contexto empobrecido, destinado apenas a situar mais adequadamente as interpretações avançadas neste ensaio. Além do mais, será necessário ter em consideração que esta leitura dos textos de Aquilino não contempla a observação de qualquer evolução temática na sua obra, tratando-a como se ela emergisse como uma totalidade acabada sem uma historicidade própria.

Para efeitos de exposição, o texto apresenta-se dividido em quatro componentes principais. Na primeira, além de me debruçar sobre a ambivalência da sua representação do mundo rural, trato das preocupações de Aquilino com as origens nacionais, e nomeadamente do modo como no seu texto o local e o nacional se articulam. Na segunda, apresento elementos da sua obra que respeitam à economia aldeã. Na terceira, abordo o seu tratamento do universo familiar. Finalmente, na última, refiro resumidamente a representação genérica que o autor constrói da sociedade local, dos seus habitantes e menciono a sua relação com o exterior, em particular com o estado. O material mais utilizado da produção de Aquilino encontra-se principalmente nos livros citados de carácter mais acentuadamente etnográfico, fazendo-se referências a outros sempre que tal for pertinente.

Ilustrada da Literatura Portuguesa, II, Época Contemporânea (Lisboa, Estúdios Cor, 1973), ainda a melhor obra de referência. Apesar das muitas reservas que a sua leitura deve impor, consulte-se a obra de António Álvaro Dória, *A Vida Rural no Romance Português* (Lisboa, 1950), publicação feita sobre a égide da autoridade cultural do Estado Novo, pois foi subsidiada pela Junta Central das Casas do Povo, e que manifesta hostilidade ao escritor, um adversário notório do regime.

⁴ Ver Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessa-se* (Lisboa, Bertrand, 1972), relato autobiográfico, onde o autor narra a sua formação republicana e materialista (inicia-se no materialismo ainda no Seminário, com a leitura de d'Holbach).

1. O NACIONAL E O LOCAL

O mundo rural da obra de Aquilino Ribeiro é, quase sem excepção, o que o viu nascer: a Serra da Nave, espaço planáltico sito na Beira Alta, na parte Norte do distrito de Viseu, também conhecido por Serra de Leomil. É terra de clima continental, prolongamento da meseta ibérica, de acesso por muito tempo difícil. Terras altas, de pão de centeio, de castanheiros, com algum milho e batata, pouco vinho e azeite, produtos que necessitam clima mais ameno. A serra foi terra de matos e pasto de gados – ovelhas, cabras, mesmo porcos – antes de aos povos ter sido tirado o controlo do uso comum dos baldios do planalto, florestados com pinheiro na década de cinquenta do século XX⁵. Território pobre, pelo seu carácter “bárbaro e agreste” crismou-o como *Terras do Demo*.

Espaço físico, em que o meio molda o homem: “(...) o serrano, confinado em suas barrocas e corujeiras (...) entregue aos individualismos que derivam inevitavelmente da sua inexpandibilidade, é mais bárbaro, bronco e indócil do que o irmão da planície” (*Arcas Encoiradas*, p. 115)⁶. Este espaço, onde as características físicas se ligam às sociais, é representado por Aquilino de modo ambivalente. Ele é, por um lado, um mundo fascinante, de contacto íntimo com a natureza e os animais, que lhe inspira a criação dos personagens principais da sua obra; o beirão é representado com as qualidades de “feito positivo, constância e tenacidade”, e o serrano propriamente dito, conquanto “bárbaro, bronco”, como ser altivo e homem livre (*Arcas Encoiradas*, pp. 113-115). Por outro, o universo social da aldeia é, para o intelectual urbano e cosmopolita em que se transformou, “um conglomerado lóbrego, rotineiro e depauperado fisicamente” (*Aldeia*, p.94), que era necessário desenvolver, civilizar. Há múltiplas passagens da sua obra em que se exaltam as infraestruturas materiais que consubstanciam o dito progresso, como as estradas que irão retalhar a Nave um dia, pondo fim ao seu isolamento “tibetano”. Vê chegar o petróleo, o automóvel, a escola e a electricidade, estas últimas decorrentes da iniciativa política do Estado Novo, que ele, um adversário político, não se coíbe de elogiar.

⁵ Os baldios da serra, abrangendo seis concelhos, vão ser submetidos ao regime florestal em Dezembro de 1954; cf. João Antunes Estêvão, “A florestação dos baldios”, in *Análise Social*, vol. XIX (7-78-79), 1983-3º, 4º, 5º, pp. 1243-44.

⁶ Os tópicos referentes ao modo como o “meio” – território, clima – determina a vida sociocultural são muito antigos, surgindo já no pensamento grego. Cf. Marvin Harris, *The Rise of Anthropological Theory*, New York, HarperCollins, pp.41-41.

Todavia, Aquilino revela-se também um céptico desiludido com a evolução histórica das sociedades, em particular no século XX – o século da bomba atómica, dos campos de concentração, da Cortina de Ferro (*Arcas Encoiradas*). Pensa que em matéria de moral não se progrediu, ou porventura até sucedeu o contrário, desde os tempos pré-históricos: “O nosso antepassado tinha necessariamente que ser prestável ao seu semelhante; generoso com o fraco e altruísta; benigno, senão indiferente às tramóias do sexo, porquanto a moral respectiva veio com a fórmula de propriedade e com o fervor religioso; desprendido de bens, pois que tudo era seu e nada era seu; caritativo e bom, uma vez que estas virtudes dimanam mais do instinto de raça que da educação. O homem pré-histórico valia, portanto mais, incomparavelmente mais, sob o aspecto humano, que nós os civilizados...” (*Arcas...* 77-78)⁷.

Atentemos em alguns tópicos desta passagem de Aquilino. Encontramos aqui a ideia de um comunismo primitivo igualitário, sem propriedade de homens e de bens, uma perspectiva de matriz rousseauiana da desigualdade como fonte de iniquidade. Mas, sobretudo, ela revela uma imagem da sociedade multifacetada, em que a aceitação da existência de uma cadeia evolutiva que conduzia da barbárie à civilização, tinha como contraponto a ideia de uma decadência moral⁸.

⁷ No texto de Aquilino coexiste a presença de uma crença optimista no progresso, aqui associada ao desenvolvimento das comunicações e da instrução pública, com o cepticismo face aos resultados morais do progresso material. Porventura, a maior ou menor importância dessas atitudes poderá correlacionar-se com momentos históricos específicos e com a própria história da vida do escritor, podendo entretanto o cepticismo nutrir-se de alguma das suas leituras, como a de Nietzsche. A visão optimista do progresso predominaria, segundo Nisbet, entre meados do século XVIII e o fim da Segunda Guerra Mundial, momento de forte cepticismo e crítica; este último momento é o da crítica aqui mencionada de Aquilino. Cf. Robert Nisbet, *History of the Idea of Progress*, Londres, Heinemann, 1980, pp. 171-178 e 319. Por sua vez, Carlton Hayes – *Historia Política y Cultural de la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Juventud, 1953 – assinala a coexistência de filosofias optimistas e pessimistas entre 1870 e 1910.

⁸ Aquilino era claramente contrário à ideia de Spencer que afirmava que o sentido moral aumentava com o avanço da evolução. Ver sobre o desenvolvimento do evolucionismo: Marvin Harris, *op. cit.*, pp. 108-216; Nisbet – *op. cit.*, p. 174 – que assinala que no século XIX, “progresso” e “evolução” eram usados de modo equivalente; Hayes, *op. cit.*, pp. 228-266. Um etnógrafo *profissional* como Jorge Dias, autor da primeira monografia em etnografia com observação directa sobre uma aldeia, praticamente contemporâneo dos textos com maior dimensão etnográfica de Aquilino, inscreve ainda o seu trabalho nos postulados evolucionistas. Cf. Jorge Dias, *Vilariño*

As fontes em que assenta a imagem do social de Aquilino são as de um leitor que recolhia certas propostas genéricas correntes nos meios informados pela cultura de divulgação científica da época. Embora tenha frequentado as aulas em Paris de figuras tão relevantes para as ciências sociais como Durkheim ou, em muito menor medida, Lévy-Bruhl (*Abóboras no Telhado*, p. 21), por exemplo, nas suas páginas não se detectam contributos que sejam atribuíveis ao seu ensino, como os referentes à “divisão do trabalho” ou à “consciência colectiva” no caso do primeiro, ou à “mentalidade primitiva”, no do segundo. Porventura, há uma maior afinidade com a interpretação sociológica da religião de Durkheim – e com a importância que este confere ao ritual – quando evoca a emergência do cristianismo na Palestina e a sua manutenção no meio aldeão como ritual social⁹. Mas a influência principal do seu estudo da “Legenda Bíblica”, das suas festividades – como o Natal – e folclore ligados ao ciclo cósmico é a de Renan, que refere¹⁰. Porém, mais do que legados concretos de determinados autores, as suas páginas ecoam problemáticas debatidas no âmbito da história, da filologia ou da antropologia no tempo em que nascera e se formara¹¹; em contrapartida, não revelam, por exemplo, o impacto, ou um grande impacto, de movimentos culturais influentes no período que se segue à Grande Guerra (1914-18), mesmo que possuam uma génese anterior¹².

da Furna, uma Aldeia Comunitária, Porto, Instituto para a Alta Cultura/Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 1948.

⁹ Cf. Aquilino Ribeiro, *O Livro do Menino-Deus*, Lisboa, Bertrand, 1983 (1.ª ed. 1945). A emergência do cristianismo é situada no contexto judaico da ocupação romana, é destacada a sua componente igualitária e evocada a importância ritual do natal: na aldeia rural e nas guerras de 1914-18 e 1939-45, como momento de tréguas.

¹⁰ Renan é mencionado, por exemplo, em *Aldeia*, p. 204. A *História das Origens do Cristianismo* de Renan, em vários volumes, foi publicada em Portugal pela Livraria Chardon.

¹¹ Entre os autores que menciona em relação com a etnografia contam-se o amigo de Darwin e teórico evolucionista John Lubbock, o pré-historiador Bosch Gimpera, os arqueólogos portugueses Martins Sarmiento e Estácio da Veiga e o arqueólogo, filólogo e etnólogo Leite de Vasconcelos. São referidos, por exemplo, na obra em que mais se dedica à pré-história e à problemática da evolução, *Arcas Encoiradas*.

¹² Aquilino revela uma formação racionalista, materialista, de matriz iluminista, ligada sem dúvida ao positivismo dominante em Portugal no meio republicano da sua juventude, e mais distante de outros movimentos como o marxismo ou de disciplinas como a sociologia (a antropologia a que se reporta é também a dos seus anos de formação), a psicologia ou a psicanálise – mau grado uma referência à interpretação dos sonhos de Freud em *Cinco Reis de Gente* – que viriam a ser influentes nas primeiras

A sua obra reflecte um interesse pelo popular – e o povo “por excelência” eram os camponeses – que é coerente com a sua posição política democrática, com o impacto do naturalismo¹³ e com uma visão do povo como representante genuíno da especificidade nacional. Essa ligação entre o popular e o nacional ocorrera anteriormente na Europa desde o romantismo. Desenvolvera-se em Portugal a partir da acção de Garrett que, além de fonte inspiradora de expressões de nacionalismo literário em finais do século XIX, também permanecia como a figura que concretizara com o *Romanceiro* o primeiro trabalho de recolha de cultura popular. Conheceu um incremento nas últimas décadas do século XIX, na produção literária de autores como Trindade Coelho, com os trabalhos de carácter histórico, filológico, etnográfico ou arqueológico de Teófilo Braga, Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, entre outros, tudo aliado a uma concepção do mundo rural como depositário das *tradições nacionais*¹⁴. Aliás, esta é uma conjuntura de afirmação do nacionalismo em termos internacionais, marcada em Portugal pelo incremento do republicanismo e seu triunfo, com a afirmação de nacionalismos republicanos – a *Renascença Portuguesa*, por exemplo – e opostos à República – como o *Integralismo Lusitano* –, acompanhada da expansão colonial¹⁵. É de

décadas do século XX, se é que alguns destes movimentos ou disciplinas atraíu a sua atenção. O interesse pelos instintos – e nomeadamente pelo sexual, já presente no naturalismo literário – poderia de qualquer modo levá-lo a encontrar afinidades na leitura de Nietzsche e na psicanálise. Ver sobre Aquilino, Óscar Lopes, *op. cit.*, pp. 564-583; para uma panorâmica global do pensamento da época, H. Stuart Hughes, *Consciousness and Society*, Nova Iorque, Vintage Books, 1977 e Eric J. Hobsbawm, *The Age of Empire, 1875-1914*, Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1987, caps. 9 e 11.

¹³ Para Hobsbawm, o naturalismo terá alargado os temas da representação da “realidade” pela literatura com a inclusão dos pobres e do sexo – o que se verifica na obra de Aquilino. Cf. Eric J. Hobsbawm, *op. cit.*, p. 232.

¹⁴ Cf. em geral: Peter Burke, *Popular Culture in Early Modern Europe*, Nova Iorque, Hagerstown, 1981 (1978), pp. 3-22; Julio Caro Baroja, *Los Fundamentos del Pensamiento Antropológico Moderno*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1985, pp. 131-143. Ver para o caso português: Augusto da Costa Dias, *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa – I – O Nacionalismo Literário da Geração de 90*, Lisboa, Portugália Editora, 1964; Óscar Lopes, *op. cit.*; prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira a Adolfo Coelho, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1985, prefácios de João Leal a: Adolfo Coelho, *Obra Etnográfica*, vol. 1, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1993; Teófilo Braga, *Contos Tradicionais do Povo Português* (1883), vol. 1, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1998.

¹⁵ A crítica ideológica do liberalismo e a defesa do nacionalismo, no campo económico (proteccionismo), político e cultural nesta época é analisada em Carlton J. H. Hayes, *A Generation of Materialism 1871-1900*, Nova Iorque, Harper and Row, pp. 196-241. Para avaliar o impacto do nacionalismo cultural em Portugal, consultar: as contribuições de

qualquer modo nesta linha proveniente do romantismo que se insere o interesse de Aquilino pela história e pela etnografia, como se constata na sua principal obra sobre a etnogenia portuguesa – *Os Avós dos Nossos Avós* (1943) – onde se invoca, a terminar (p. 332), a teorização de Herder. O filósofo alemão escrevera a propósito dos caracteres nacionais: “(...) Tal como a água de uma nascente recebe do solo donde brota a sua composição, as suas qualidades actuantes e o seu sabor, assim o antigo carácter dos povos proveio de traços raciais, do clima, do tipo de vida e da educação, das ocupações primitivas e das acções peculiares a cada um desses povos”¹⁶. Neste enunciado encontramos reunidos os principais factores mobilizados pela etnografia de Aquilino, nomeadamente nas representações que elabora dos serranos da Nave¹⁷.

Para Aquilino, o mundo popular era ao mesmo tempo um repositório de cultura e de genuinidade nacional (com uma linguagem isenta de estrangeirismos): “(...) conversem com o patego de sapato cardado e calça de picotilho e dar-se-ão conta facilmente que atrás do seu espírito rude, da sua linguagem pitoresca e limpa de francesia, espreitam séculos de civilização. Nada mais que pelo adagiário, de conteúdo todo ele judicioso, o cancionero de tão maravilhosos labores, as adivinhas e de modo geral o folclore...” (*Os Avós dos Nossos Avós*, 1990 [1943]: 7). Esta atitude do escritor face ao popular está na base dos interesses revelados na sua ficção como na etnografia e insere-o no vasto movimento etnográfico que acompanha o tempo da sua vida e que abrange um amplo leque temático, da literatura popular à habitação, à

Fernando Catroga e Luís Reis Torgal em Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal: sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 87-159 e 219-239; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 416-433 e pp. 581-585.

¹⁶ Herder, *Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*, in Patrick Gardiner, *Teorias da História* (Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1974), p. 43. Aquilino desconhecia, como os seus contemporâneos em Portugal, a teorização antropológica britânica ou norte-americana dos anos 20 – Malinowski, Radcliffe-Brown, Lowie ... – à qual Nisbet – *op. cit.*, p. 307 – atribui tanta importância na crítica da “ideia de progresso” – e, acrescenta-se, do etnocentrismo que lhe é inerente.

¹⁷ Também o naturalismo seria influenciado pela concepção de Taine – mencionado em *Aldeia*, p. 30 – afirmada de Herder, de o ser humano estar sujeito à determinação do meio, da hereditariedade ou raça e do momento histórico; cf. Lopes, *op. cit.*, p.332.

medicina ou à religião¹⁸. A figura mais importante nesse movimento veio a ser a de Leite de Vasconcelos, natural de um concelho próximo do seu.

A obra de Vasconcelos é dominada pela articulação entre a pesquisas históricas, arqueológicas, filológicas e etnográficas, e poderá ter sido uma das inspiradoras do mesmo tipo de curiosidade em Aquilino, que escreve: “(...) A tal respeito [da indagação das origens nacionais] três são os elementos de guia e de averiguação no tocante a Portugal e em regra aos outros países: monumentos, linguística, textos” (*Avós...*, p.15)¹⁹. As pesquisas assentes neste tipo de fontes e métodos podiam ter em Oitocentos um horizonte universal – tratava-se de averiguar as origens da humanidade e o sentido da sua evolução, uma vez reduzido o *Cénesis* ao estatuto de mito - mas também eram orientadas para a busca das origens nacionais, preocupação que atravessa os primórdios do desenvolvimento da etnologia portuguesa (e das suas coetâneas). Em Portugal, tal movimento conduziu à refutação crescente nas últimas décadas do século da interpretação da génese da nacionalidade portuguesa de Alexandre Herculano. Enquanto para o historiador romântico, esta decorria dos efeitos da vontade política dos barões portugalenses – à boa maneira liberal, da acção de sujeitos individuais (poderosos) -, criadores do estado, para as gerações influenciadas pelo desenvolvimento dos saberes sociais nas últimas décadas do século ela decorreria de uma temporalidade muito mais longa, a da história de colectivos antigos, de povos, raças. Assim, reabilitou-se o velho mito dos lusitanos como ascendentes directos dos portugueses, mito já corrente no século XV²⁰. Aquilino seguiu Leite de Vasconcelos – e Martins Sarmiento – no papel concedido aos lusitanos como antepassados dos portugueses, afirmando que a sua obra era “o tombo onde se encontra definida e comprovada a individualidade nacional” e dedicando-

¹⁸ Ver a este respeito Benjamim Enes Pereira em *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965. Esta obra abrange a produção etnográfica portuguesa que tem lugar no decurso da vida de Aquilino.

¹⁹ Sobre a articulação ao tempo entre antropologia e arqueologia, bem como filologia e história, Hayes, *História Política...*, *op. cit.*, p. 249. Outros personagens importantes do desenvolvimento da arqueologia e da antropologia (física) em Portugal e contemporâneos de Vasconcelos são evocados, como se disse, em *Arcas Encoiradas*, uma brevíssima relação desse contexto e personagens encontra-se em A. A. Mendes Correia, *Geologia e Antropologia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949.

²⁰ Cf. Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional Portuguesa*, Lisboa, Edição do Autor, 1974, cap. VI.

lhe o volume em que se debruça sobre os antecessores da nacionalidade, *Os Avós dos Nossos Avós*²¹.

O interesse de Aquilino Ribeiro pelo regional estará em consonância com a passagem, na viragem do século, na antropologia portuguesa, de uma concepção “unitária e homogeneizadora da cultura popular” a uma outra em que se descobre a diversidade nacional, através do regional e do local²². A articulação entre o nacional e o regional revela-se igualmente na própria obra de Vasconcelos, simultaneamente o autor de textos de carácter global sobre o país – da *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise à Etnografia Portuguesa* – e o autor de uma monografia da sua região, as *Memórias de Mondim da Beira* (1933).

Aquilino ter-se-ia proposto desde o início, de acordo com o seu testemunho, “nacionalizar o romance” em Portugal, para o que utilizaria terra, linguagem e personagens de “carne e osso”, os da sua própria região; fá-lo-ia, não por “sentido de patriotismo”, mas porque só com “sentido português” poderia realizar obras “dignas de audiência universal” (*Abóboras no Telhado*, p. 72)²³. Mas a articulação entre o nacional e o local também aparece inserida na própria narrativa das origens nacionais. Na representação da história local que Aquilino constrói, passamos sem solução de continuidade do tempo da

²¹ Manteria essa opinião em obra mais tardia; cf. *O Homem da Nave*, Lisboa, Bertrand, 1954, p. 22. Ver a respeito do papel dos Lusitanos nas propostas oitocentistas de etnogenealogia, João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, pp. 63-82.

²² A frase entre aspas e caracterização do desenvolvimento da antropologia portuguesa no período são de João Leal, in *Etnografias...*, *op. cit.*, p. 55. Uma análise da bibliografia produzida das duas últimas décadas do século XIX ao tempo em que escreve Aquilino, mostra como a análise local se desenvolve nos campos da arqueologia, da história e da etnografia, nomeadamente na produção de monografias locais. Basta consultar a este respeito o “corpus” reunido por Benjamim Pereira in *op. cit.* Há também correspondência com o desenvolvimento de uma literatura regionalista, de acordo com dados de Lopes, *op. cit.*, p. 584 e segs. Todos estes factos revelam o alargamento do campo intelectual – produtores e mercado de bens culturais – em Portugal, com incidência particular na periferia.

²³ São considerações produzidas no contexto de uma crítica à representação dos camponeses em Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco. Para se entender melhor o sentido do *patriotismo* invocado por Aquilino, bem como o facto da inserção dos seus textos em contextos e temáticas nacionalistas não significar, da parte do autor, a aceitação de nacionalismos políticos com componentes xenófobas, tenha-se em atenção o seu repúdio do chauvinismo e a defesa de um anti-belicista como Jaurès em *É a Guerra* (diário datado de 1914), Lisboa, Bertrand, 1934.

cultura megalítica, das citânias e dos castros, para a época contemporânea, até porque, segundo Aquilino, nas serras não houve Idade Média. Os antepassados dos beirões da (sua) actualidade eram os caçadores e recolectores que antigamente haviam construído orcas para guardarem o precioso fogo e por ali haviam ficado ao longo dos séculos (*Arcas Encoiradas*: 111-113).

Os seus aldeões da Nave, famintos, astuciosos, cruéis e solidários recordam os trogloditas do passado nacional e os pastores independentes e bandoleiros que seguiram Viriato. Eles são tidos como os representantes das mais antigas populações nacionais – leia-se a este respeito o que escreve em *Os Avós dos Nossos Avós* e em *Arcas Encoiradas*. Neste último texto reafirma ser a Beira – e quando fala na Beira, fala sobretudo da região em que nasceu –, devido ao carácter inóspito e pobre do meio, que não atrairia invasores, a província “em que se encontra um reportório de tradições, de usos e costumes, mais genuíno e imareado” (111). Genuinidade de tradições que, unida à hipótese de ausência de mestiçagem tanto de “sangue semita” como de “germano” (111), aureola as populações locais com os traços de genuinidade (cultural) e antiguidade (étnica) que as coloca numa posição exemplar em termos da sua identificação com a própria essência da nacionalidade²⁴.

Esta narrativa evoca e prolonga debates iniciados nas últimas décadas do século XIX, nos quais surge o relevo dado ao factor racial como marca distintiva das nações e onde a questão da associação das origens nacionais ao prestígio dos povos arianos – ou indo-europeus – tem grande importância²⁵. O escritor vê a génese étnica do português como decorrente da mestiçagem de diversas raças – um substrato antigo ibérico, celtas e outros indo-europeus

²⁴ Fonseca Cardoso, influente “antropólogo físico” de finais do séc. XIX e princípios do XX, que concluiu pela mestiçagem da população portuguesa, próxima nos seus tipos dominantes de populações existentes em ambas as margens do Mediterrâneo, defendera que a raça “autóctone” estaria refugiada nas montanhas num “relativo estado de pureza”, encontrando-se esse “substratum da nossa população” no interior de Trás-os-Montes e da Beira, o que é conforme à perspectiva de Aquilino; cf. Fonseca Cardoso, “Anthropologia Portuguesa”, in *Notas sobre Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

²⁵ A influência do factor racial surge, de modo distinto, entre os primeiros autores de temática antropológica em Portugal – Oliveira, Martins, Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, etc. Ver: Ana Leonor Pereira, “Raças e História: imagens nas décadas finais de Oitocentos”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 14 (1992), pp. 347-364; Fernando Catroga *op. cit.* Os trabalhos de “antropologia física” são resumidos em Fonseca Cardoso e Mendes Correia, artigos citados.

como os gregos e romanos, semitas como os fenícios, cartagineses, árabes e judeus, mas pensa que “não se fusionaram perfeitamente, não decantaram; numa palavra: não depositaram uma índole” (*Avós...*, p. 13). Aquilino inclina-se, entretanto, para ver nos seus conterrâneos da Nave os descendentes de uma população ibérica – ou proto-ibérica –, da mesma estirpe dos bascos, anterior aos indo-europeus, e liberta de qualquer mestiçagem, nomeadamente a de semitas, que hostiliza²⁶.

O regional e o nacional são igualmente tratados em termos de “psicologia étnica”. Embora refutando certas caracterizações dos portugueses, não deixa de adiantar traços de carácter que pensa serem típicos do português, como o traço positivo da *adaptabilidade*, qualidade fraterna e responsável pela sua mestiçagem em contextos coloniais, factor que valoriza; em contrapartida, encontra traços negativos como o da ausência de vontade associativa, com a disciplina que tal acarreta (*Avós...*, pp. 26-28) ²⁷. Esta busca de uma

²⁶ No prefácio de *Os Avós...*(1943), obra muito marcada pelo relevo dado ao factor racial, considerado como *matriz* psíquica, e em que é clara a hostilidade ao semitismo, insinua-se que o “núcleo serrano das Beiras e Trás-os-Montes” seria o mais antigo – porventura autóctone e isento de mestiçagem. Mais tarde insere afirmações do mesmo teor em *Arcas Encoiradas* (1974[1953]), p. 111. Todavia, ainda em *Os Avós...*, a mestiçagem é exaltada no contexto da colonização (1990: 26-27). Sublinhe-se que o anti-semitismo que aqui aparece no contexto da indagação etnogénica, não implica a aceitação de políticas anti-semitas, nomeadamente o nazismo – de facto, Hitler é citado em *O Livro do Menino Deus*, p. 175 (do Outono de 1945) como um exemplo de que o homem não progrediu eticamente em milhares de anos de história; por sua vez, em *Portugueses das Sete Partidas* (1951), surge a condenação da Inquisição, a apologia de escritores judeus portugueses e a defesa da importância do contributo judaico para a história do pensamento científico e do racionalismo. Sobre a histórica do vasco-iberismo, tão influente nesta visão da Península Ibérica, ver Julio Caro Baroja, *Razas, Pueblos y Linajes*, Murcia, Universidade de Murcia, 1990, p.166, nota 28. Finalmente, tenha-se em atenção que, fora de qualquer consideração racial, tem havido a defesa de uma proximidade genética entre povos mediterrânicos de matriz paleo-norte africana ou Berbere, e nomeadamente entre Berberes, Ibéricos (bascos, portugueses, espanhóis) – prolongando, aliás, observações oitocentistas - insistindo-se mesmo em alguma proximidade específica entre portugueses e bascos; cf. J. Martínez-Laso et al., “Genetic and Historical relationships among Mediterraneans”, in Antonio Arnaiz-Villena, *Prehistoric Iberia: Genetics, Anthropology and Linguistics*, Kluwer Academic/Plenum Publishers, New York, 2000, pp. 3-32.

²⁷ Esta posição do autor – “adaptabilidade” – está em sintonia com considerações sobre a colonização portuguesa como as de Gilberto Freyre – *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 1957 (1932), p. 21 – que atribui, aliás, tal “adaptabilidade” dos portugueses precisamente à sua herança semita.

“psicologia étnica”, embora característica da tentativa de definir especificidades nacionais própria do nacionalismo oitocentista, e que depois em antropologia se ligaria aos tópicos de estudo de *cultura e personalidade* e do *carácter nacional*, radica-se numa antiga tradição de produção de estereótipos sobre o outro, de que existe testemunho desde a Antiguidade²⁸.

A esse respeito, as suas páginas revelam, por um lado, a presença do discurso crítico sobre os “mitos nacionais” da *Seara Nova* e nomeadamente os argumentos de António Sérgio - a quem é dedicada a *Aventura Maravilhosa de Dom Sebastião* (1936) - como a refutação de uma essência “saudosista” dos portugueses, o peso tido como “obsessivo” do passado, as implicações da ausência de ciência em Portugal, etc²⁹; por outro, de um modo anti-sergiano, é dada relevância ao factor raça, pois “seguir a linha de sangue de um povo até o mais perto possível do seu berço não pode deixar de ser vantajoso para o conhecimento da sua personalidade”, porque os “elementos psicológicos

²⁸ É Marvin Harris quem coloca essa produção de estereótipos como precedente dos estudos antropológicos de “Cultura e Personalidade”; cf. Harris, *op. cit.*, pp. 399-400. Sobre a relação entre estereótipos *nacionais* e os estudos do *carácter nacional*, Julio Caro Baroja, “El mito del *carácter nacional* y su formación com respecto a España”, in *El Mito del Carácter Nacional. Meditaciones a Contrapelo*, Madrid, Seminarios y Ediciones, S.ª, 1970. Consultar igualmente para a emergência das primeiras manifestações da “psicologia dos povos”, Julio Caro Baroja, *La Aurora del Pensamiento Antropológico*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, pp. 109-113. Ver a respeito da articulação entre a etnologia portuguesa e as caracterizações de um “carácter” ou “identidade nacional”, a obra de Leal, *Etnografias...*, citada.

²⁹ Cf. Taborda de Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 22-23. Sérgio critica o apóstolo do Saudosismo, Teixeira de Pascoais, por definir a saudade como essência portuguesa, bem como a apresentação do “sebastianismo” como característica nacional - “prova póstuma de nacionalidade”, na formulação de Oliveira Martins na sua *História de Portugal*. “Sebastianismo” e “saudade” apareciam para muitos, sobretudo no campo “conservador”, como elementos da “alma portuguesa” - cf., por exemplo, José Lúcio de Azevedo, *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947 (1918), p. 8. Ver de António Sérgio “Epístola aos Saudosistas” - in A. Botelho e A. Brás Teixeira, eds., *Filosofia da Saudade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986 - e “Interpretação não romântica do sebastianismo”, Lisboa, *Ensaio*, tomo I, 1920. Aquilino retoma os seus argumentos, bem como a sua representação da sociedade portuguesa e da sua história em que avultavam um peso “obsessivo” do passado e a ausência de ciência; cf. António Sérgio, “O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal” (1926), in *Ensaio*, tomo II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1977, pp. 27-57.

provêm de lentas acumulações hereditárias”³⁰. E no texto de Aquilino *Os Avós dos Nossos Avós*, como já se fez menção, atribui-se problemas na *personalidade* dos portugueses à ausência de fusão entre raças: “Semita e ária afiguram-se inconciliáveis. Acabam por fundonar? A carência de personalidade, uma personalidade marcante como a do inglês, por exemplo, proviria desta operação incompleta, tão contrários são de sangue e por conseguinte de génio e temperamento” (*Os Avós...*, p. 19). Nestas considerações sobre Portugal, Aquilino não inovava, antes pelo contrário: de Alberto Sampaio a Raúl Brandão, de quem foi amigo, o tema já fora repisado³¹.

Finalmente, podemos detectar a articulação entre o nacional e o local (regional), no plano da própria linguagem. No prefácio programático de *Terras do Demo*, que anuncia em grande medida a sua representação do mundo aldeão, o autor apresenta a sua linguagem como proveniente da nascente aldeã - “A madre é na aldeia; ali está puro o idioma” (p. II. Mas se essa linguagem é o fundamento da “arte regionalista” (sic), o seu uso também se inscreve no plano nacional de “renovar o veio da Língua viciado por outras línguas” (*Terras do Demo*, p. II). A relação entre a língua e um *ethos* nacional, reivindicada pelos nacionalismos, é realçada pelo escritor, que defende o “idioma pátrio”, “instrumento de relação da família lusitana” (*Abóboras no Telhado*, pp. 32-34)³².

³⁰ Cf. *Os Avós...*, *op. cit.*, p. 14. Ver a este respeito toda a introdução-dedicatória (a Leite de Vasconcelos) desta obra e “As Palavras Preliminares” de *Arcas Encoiradas*. Refira-se que Sérgio era um crítico das interpretações rúbricas - e especificamente as de um Basílio Teles - como se vê no Prefácio (2ª edição) destes *Ensaio*s, *op. cit.*, ou no texto inserido nos mesmos “As Duas Políticas Nacionais”.

³¹ A ideia de que o povo português não constituía uma “raça homogênea” e que tal era um facto prejudicial encontra-se em Alberto Sampaio - “Hontem e Hoje” (1892) - e com uma tonalidade mais abertamente antisemita em Basílio Teles ou no amigo de Aquilino, Raúl Brandão. Cf. José Manuel Sobral (2000) *Race and History in the Interpretations of Portugal: Textual Constructions of “National Identity” in the Twentieth-Century* (comunicação apresentada ao “Annual Meeting” da “American Anthropological Association”, S. Francisco, 2000 - em vias de publicação). De uma vasta bibliografia sobre a temática racial ver Ivan Hannaford, *Race: the History of an Idea in the West*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996. A obra de referência sobre o arianismo deve-se a Léon Poliakov - *O Mito Ariano*, S. Paulo, Editora Perspectiva, 1974 (1971).

³² A Óscar Lopes não escapou esta dimensão nacionalista, ao falar de Aquilino Ribeiro como o “melhor fruto” da “reação do culto da linguagem castiça contra o galicismo” em princípios do séc. XX, embora a linguagem de Aquilino não se reduza aos termos

Outros etnógrafos referidos por Aquilino eram figuras de muito menor estatuto intelectual do que Vasconcelos, a figura cimeira da etnologia portuguesa no seu tempo. Limitaram-se a analisar as regiões onde nasceram e viveram. É o caso do Abade Vasco Moreira, autor de *Terras da Beira. Cernancelhe e seu Alfoz* (1929). Ou ainda o de um outro abade, seu amigo, C. Manuel Fonseca da Gama, cuja obra – *Terras do Alto Paiva – Memória Histórico-Geográfica e Etnográfica do Concelho de Vila Nova do Paiva* (1940) – prefacia³³. São referidos aqui por incidirem sobre o mesmo território de que trata o escritor e por serem textos que ele conheceu e teve em conta e nos permitirem situar melhor o contexto de produção das suas obras.

Todas estas monografias são algo bem distinto dos textos de Aquilino, para além, evidentemente, de não comportarem elementos novelescos. A obra de Leite de Vasconcelos – *Memórias de Mondim...* - abunda em recordações pessoais, familiares, com dados históricos e arqueológicos e nada diz da vida rural. A de Vasco Moreira insiste mais em dados históricos e refere-se à arquitectura regional tida como relevante. A do amigo de Aquilino Fonseca da Gama, que estudou geografia e foi condiscípulo de Amorim Girão, é a mais rica, pois junta informação geográfica, demográfica, política, económica a dados etnográficos relativos aos ciclos agrário e festivo, às práticas comunitárias. Quem as confrontar com os textos de Aquilino discerne entretanto nestes, tanto nos mais etnográficos como na ficção, uma observação bem mais complexa e aguda de diversos aspectos da sociedade rural, a começar pelos que dizem respeito à luta pela subsistência do camponês serrano.

2. O CAMPONÊS (SERRANO) E A SUA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA

A economia rural em Portugal está em grande medida por estudar com pormenor no momento em que ele escreve. Havia por certo informação sobre a economia agrícola em Portugal, sobretudo a partir do último quartel do

desta imagem; cf. Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 464. V. A respeito da relação língua/nacionalismo, Joshua A. Fishman, *Llengua i Identitat*, Barcelona, Ediciones Bromera, 2001

³³ Leite de Vasconcelos, Vasco Moreira e Fonseca da Gama são mencionados no prefácio de *O Homem da Nave*.

século XIX, de que obras como *Le Portugal au Point de Vue Agricole* (1900), constituem um dos principais exemplos³⁴.

No entanto, eram raros os estudos publicados assentes na observação concreta da vida dos agricultores. No domínio da produção etnográfica, uma obra como *Através dos Campos* de José da Silva Picão constituía excepção – e essa abordava a realidade da grande propriedade do sul, algo de radicalmente diferente da vida agrícola do campesinato da Beira e do centro e do norte em geral. A etnologia rural assente em trabalho de campo e dedicando alguma atenção à realidade social da produção camponesa só viria a despontar depois da 2ª Guerra Mundial, sobretudo com as monografias de Jorge Dias e o levantamento sistemático de elementos da cultura material, que se deve aos que colaboraram com ele no Centro de Estudos de Etnologia Peninsular³⁵. Deve entretanto sublinhar-se a importância das pesquisas efectuadas em Portugal sob a influência da escola de Le Play. Estas tiveram como suporte monografias realizadas com observação directa, centradas em famílias rurais, que foram publicitadas principalmente nos trabalhos dos franceses Léon Poinard e Paul Descamps³⁶.

Não sabemos se Aquilino conheceria alguma destas obras, que eram de circulação algo restrita – a sua difusão parece estar sobretudo ligada ao meio universitário – nem as mesmas abrangem a zona da Nave, mas alguns temas abordados por Poinard e Descamps, como as análises da actividade agrícola

³⁴ Encontra-se uma sùmula desse material na obra de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Alfaias Agrícolas Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1983 (2.ª ed.). Os estudos proliferam a partir das últimas décadas do século XIX – Rebelo da Silva, Oliveira Martins, Basílio Teles, Alberto Sampaio, Anselmo de Andrade, Ezequiel de Campos, Lino Neto... - ligados ao desenvolvimento do estudo da economia agrária e à polémica em torno das políticas agrárias. Mas, embora não sejam tipos de estudos idênticos, são abordagens genéricas, a quem falta a observação directa da vida da família camponesa – e nomeadamente dos dados relativos à história do grupo doméstico – e do espaço aldeão. Ver sobre a bibliografia relativa às questões agrárias, entre os textos em que nos apoiamos: Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa através dos Tempos*, Lisboa, INIC, 1991; Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para o Estudo da Questão Agrária em Portugal*, Lisboa, Inova, 1976.

³⁵ Fernando Galhano, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira.

³⁶ Respectivamente *Portugal Ignorado* (Porto, Magalhães e Moniz, 1912) e *Le Portugal: la Vie Sociale Actuelle* (Paris, Firmin-Didot, 1935). Ver a respeito destes trabalhos e de outras investigações em meio rural ligadas à escola de Le Play, Fernando Medeiros, “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal (1908-1934)”, in *Análise Social* vol. XXIII, nº 95, 1987-1º, pp. 97-116.

das famílias e suas práticas sucessórias, são do que mais próximo existe em relação a objectos centrais da sua observação. Todavia, deve-se realçar que o facto de se procurar aqui detectar um conjunto de textos que tratavam temas que surgem nos escritos de Aquilino não significa mais do que encontrar algumas afinidades de temas com o autor e não propriamente uma genealogia dos seus tópicos. De qualquer modo, as suas fontes de informação não se restringiam à academia ou à erudição local. A sua experiência de vida é um elemento crucial a ter em conta. E nela a sua procedência rural tem um papel proeminente. Os seus textos revelam sempre a conjunção entre a distância construída de quem deixou de ser um rural e a persistência da ligação pela memória, pela observação – verdadeiramente *participante* – e pelo convívio com o meio em que nasceu e ao qual continuaria sempre vinculado.

Aquilino não se debruçou sobre a economia como um académico – e menos ainda como um economista. Não encontramos nos seus textos dados quantificados sobre produções, custos, produtividade... nem referências a orçamentos familiares, como sucede nas monografias inspiradas pela metodologia de Le Play, por exemplo. Em contrapartida, o escritor evidencia com clareza as lógicas sociais e culturais do mundo da pequena agricultura. Em *Aldeia* afirma que esta não podia ser avaliada pela lógica do mercado, pois era ruínosa em termos de cálculo económico, mas porque, centrando-se na auto-subsistência, serve de suporte a um viver frugalíssimo. Cito: “Ele [refere-se ao serrano da Beira e de Trás-os-Montes] exerce e pode continuar a exercer a indústria paupérrima de agricultor porque se alimenta do que semeia e colhe com as suas mãos e ainda porque o seu nível de vida é tão baixo que a sua espórtula se reduz ao fisco, à forja, e aos chamados alhos da feira” (*Aldeia*, 123). Mas também continua apegado à mesma actividade pela ausência de saberes que lhe permitam fazer outra coisa: “(...) tenha ou não vida deficitária, está preso em seu cepo de escravo ao primeiro elemento da alimentação, que lhe custa 100 escudos e orça no mercado a 30 escudos, pela mão de ferro de uma realidade irrefragável: é que não sabe fazer outra coisa” (*idem, ibidem*).

Esta busca da auto-suficiência, esta gestão de escassez estendia-se ao próprio vestuário: “A fazendinha de regadio produzia-lhe o linho de que fazia os lençóis, a camisa, os sacos, as calças de verão e até a mortalha. As ovelhas davam-lhe a lã de que urdia o burel em que talhava a andaina, capucha, barrete e meiotes (...) Noutros tempos eram os pastores que confeccionavam os botões, recortando-os no chifre (*Aldeia*: 89). A restrição do contacto entre o aldeão e serviços que implicassem dispêndio de recursos sempre escassos

estava presente nos cuidados com o seu próprio corpo – o rural recorria à medicina tradicional.

O quotidiano dessas populações era dominado pelo espectro da escassez e da fome, e não será excessivo afirmar que muita da exaltação dos prazeres dos sentidos, vistos como satisfação de necessidades absolutamente imperiosas, que se encontra em Aquilino, da comida ao sexo, é devedora do conhecimento da experiência de vida no meio rural³⁷. Essa fome transforma o aldeão num predador que não se limita a caçar, com as espingardas de carregar pela boca, o coelho, a lebre ou a perdiz, de que há praticantes exímios, como o Gil Sapateiro de *O Homem da Nave*, que representa a fazer promessas a S. António...para encontrar caça. A razão é sempre a mesma: “(...) o Gil traz à tona da pele, nas centelhas que dardejaram seus olhos zarcos, na polpa dos lábios trementes, apetite de lobo, filho da sua fome ancestral” (*idem*, p. 29). Esfomeado, o aldeão captura traiçoeiramente, na sua óptica, a perdiz, cujos ovos também consome ... e além dela “ (...) a rola, o gaio, o pombo bravo, o melro, o peto, todos em suma que ofereçam pábulo à dentuça. Se são os pais ou a ninhada, adubam a panela; ovos, frigideira com eles” (*Aldeia*: 109). Nos rios, a mesma atitude: “Se não abrem a levada, uma bela manhã, destas manhãs brancas e preguiçosas de refazimento animal, arrasam-na com trovisco, sulfato, coca ou outra mistela peçonhenta. Além desta flagelação clássica, os rios são constantemente varridos pelo pescador furtivo (*O Homem da Nave*: 192). Pela mesma razão: “Quem rouba um pão naturalmente não é o rico, mas o pobre. Quem assalta o rio é o esfomeado” (*O Homem da Nave*: 194)³⁸.

³⁷ Para avaliar o conhecimento que o autor possuía do modo de vida camponês – da sua economia, por certo, mas também dos seus valores morais – ver: a síntese de Teodor Shanin (ed.), *Peasant and Peasant Societies*, Oxford, Blackwell, 1987 (2ª ed.), e nomeadamente a introdução; Peter Worsley, *The Three Worlds: Culture & World Development*, Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1984, pp. 61-99.

³⁸ A pobreza e as crises de subsistência que tornavam precária a vida são sublinhadas, para o século XVIII e a primeira metade do século XIX em João Nunes de Oliveira, *A “Beira Alta” de 1700 a 1840, Gentes e Subsistências*, Viseu, Palimage Editores, 2002, pág. 188 e pp. 448-450. Embora o concelho de Vila Nova de Paiva, de algum modo o centro da obra de Aquilino, não seja propriamente abordado, e se refira a tempos anteriores, esta obra proporciona importantes elementos de corroboração das observações do escritor. Aliás, o historiador – p. 183 – considera relevante o contributo da obra de Aquilino para a compreensão do passado que estudou.

Animais que trate bem são os que lhe são úteis e preciosos, como a vaca, de tal modo que chega a escrever : “O camponês, se ignora o preço da vida humana, sabe muito bem quanto custa uma vaca. Morreu a bezerra do Benedito Chorinca; foi uma desolação no povo. Carpiram-na família e vizinhos; lamentos, ais, queixumes, nunca defunto foi mais chorado. Estou em crer que trocariam a vida dela, não digo já pela dos filhos, mas pela do pai ou da mãe, que estão velhos e só servem para calços de panela” (*Aldeia*: 198). Ou o porco, sempre bem tratado até ao momento em que se metamorfoseia numa variedade de produtos de salgadeira e fumeiro, que constituem o atractivo de uma culinária quotidiana monótona, reduzida ao que se produz: a broa, o caldo de berças com algum unto a adubar. A própria galinha era útil sobretudo como produtora de ovos, dividindo-se em dois tipos, segundo o autor, em tom de facécia: galinha de mulher parida e galinha de automóvel. A primeira era sacrificada para sustento de um ser debilitado, a segunda passada a alimento por fatalidade (*Aldeia*: 24). Mesmo a democrática sardinha – o adjectivo é de Aquilino – era racionada, dividida ao meio, como narra, por exemplo, em *Aldeia* (128-129). Animais como o lobo – animal emblemático de astúcia e sentido de grupo, de família, para Aquilino – só são os predilectos de um ser retratado como ferozmente independente, o Teotónio Louvadeus de *Quando os Lobos Uivam*. Pelo contrário, são alvo de caça feroz da população serrana que apenas neles vê os devoradores de rebanhos³⁹. O mesmo sucede aos pássaros. Em *O Homem da Nave* (147-150) conta como, tendo proibido que se fizesse na sua quinta mal aos bichos, se viu desobedecido pelo feitor. Este, de espírito utilitário, liquidara-lhe os pardais que debulhariam a seara⁴⁰.

Este mundo dominado pela fome é por consequência um mundo onde a necessidade primária da comida é exaltada⁴¹. Alimentação à base do cereal,

³⁹ Veja-se como, ainda hoje, perduram estas atitudes diferenciadas em relação aos animais. A atitude preservacionista face ao lobo, por exemplo, entra em choque com a atitude uma população que não quer saber de biodiversidade e vê esses animais como algo prejudicial para os rebanhos.

⁴⁰ Na Beira do século XIX, premiava-se quem aniquilasse pássaros, lobos e outra fauna pelos prejuízos causados às culturas ou rebanhos; cf. João Nunes de Oliveira, *op. cit.*, pp. 184-185.

⁴¹ As insuficiências alimentares eram destacadas para pequenos cultivadores do concelho de Viseu por Simão de Martel – “A alimentação das classes pobres, e suas relações com o trabalho”, in *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 44, pp. 3-42. A maioria dos conterrâneos de Aquilino não estaria longe desta situação.

que na terra fria da serra é o centeio: “Nas aldeias governa-se um pão taludo como as rodas dos carros. Se a dona tem a fantasia de entalar na bola uma chouriça ou umas talhadas de toucinho tem-se um viático de truz para a romaria ou jornada. Desde que não falte o casqueiro no açafate, o serrano reina. (*O Homem da Nave*, p. 260). O feijão, a batata e as hortaliças surgiram como um acessório nas terras altas (*Idem*, p. 297).

O tratamento da alimentação em Aquilino é bastante rico. Mostra-nos, desde logo, como ela se insere numa economia local centrada no consumo do que se produz – o pão, as batatas, a couve, o suíno – restringindo ao máximo o emprego de produtos caros, porque adquiridos no mercado, como o azeite, o arroz ou bacalhau. Por isso a alimentação obedece aos tempos do calendário agrícola, que são também os do calendário religioso, profundamente imbricado neste. Há o passadio quotidiano e o comer da festa, da romaria, devoção e celebração da sociabilidade como sucede na romaria da Senhora da Lapa (*Aldeia*: 149-154). A alimentação, indicador cultural, é igualmente um indicador de posição social, na quantidade e na qualidade. Comem bem o padre, os senhores da vila, o próprio escritor, e são estes quem pode consumir regularmente os géneros locais mais apreciados. Mas a alimentação é também o palco de confronto entre identidades sociais construídas em trajectos distintos. O confronto entre uma culinária erudita, apoiada na tradição escrita dos livros de cozinha, e cosmopolita – como a francesa, de “comidas leves e ultra-sápidas” (*Abóboras no Telhado*, 1963, p. 16) – que recorre a processos de preparação que não os locais, e a culinária local, de transmissão oral. O escritor, conhecedor de ambas, narra esse embate a propósito da preparação da galinhola (*Aldeia*: 283-284), da truta (*O Homem da Nave*: 191-192)⁴². Finalmente, a alimentação é-nos mostrada nas suas relações com o poder. Géneros caros de que o pobre se priva são elementos que mantêm vivos os laços de patrocínio. Perdizes, trutas e pernas de vitela fazem parte das relações de clientela, com pessoas influentes da vila, em questões de justiça ou de administração. O lugar desempenhado pelos alimentos na gestão de relações sociais é um sinal inequívoco da importância da subsistência alimentar neste contexto social.

⁴² Estas considerações sobre a alimentação e a cozinha provêm de uma vasta literatura sobre estas matérias, que se tem vindo a desenvolver com particular ênfase em antropologia e história; ver em particular Jack Goody, *Cooking, Cuisine and Class: a Study in Comparative Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

Todos estes temas que aqui se destacam de uma narrativa mais rica são parte do património analítico da antropologia social, da etnografia, da sociologia e da história rurais. O seu inventário não caberia aqui. Recorde-se, todavia, o tratamento dado à economia do pequeno campesinato serrano, a importância na mesma da subsistência familiar, temática já abordada em Portugal de modo pioneiro por um Basílio Teles⁴³. A sua observação contempla a ligação entre a situação do campesinato e a emigração para o Brasil, que ocorreu nos distritos do norte e centro desde as últimas décadas de Oitocentos, bem como as migrações dos “ratinhos” para o Alentejo. Recorde-se igualmente a problemática do colectivismo rural, desenvolvida em Portugal desde Rocha Peixoto, retomada depois nos trabalhos de Jorge Dias, que o autor aborda no contexto da sua região, ao falar do “regime comunal” em que outrora estivera a eira e que era ainda, nos anos quarenta do século XX, o da água de rega, do forno, do moinho e que regeria o uso da serra (*Aldeia*, pp. 210-214). Esta proporcionaria combustível – lenha, carvão – terreno para cultivo esporádico de cereal, estrume, pastagens. Por conhecer a sua importância para a vida dos serranos, e por entender que ela lhes pertencia, o romancista, conquanto adepto, em princípio, da sua arborização, protestou corajosamente contra a florestação imposta pelo Estado Novo, que retirava o controlo dos baldios às populações⁴⁴. O protesto foi expresso no romance *Quando os Lobos Uivam* (1958), facto que lhe acarretou um processo e perseguições quando o fim da sua vida se aproximava.

Retenha-se finalmente o conhecimento profundo do *ethos* do camponês, expresso em afirmações como a que se segue: “Nas províncias do Norte os terrenos são de fraca cultura, muito parcelados e, mesmo assim, pomposamente se intitula de lavrador o pobre que traz uma vaca ao ganho e ao fim das colheitas consegue enceleirar 40 alqueires de centeio e 15 de milho. Da mesma maneira se intitula proprietário quem tem meia dúzia de barreiras que, à força de cuidados e de labor intensivo, dão o escasso passadio de uma casa de gente” (*Aldeia*: 124). Ambição da propriedade, luta pela mesma, como fonte principal geradora de autonomia, de independência: “A ambição do lapuz que se preza (...) é possuir terra por largo (...) Assim que granjeie

⁴³ Basílio Teles, *O Problema Agrícola e Carestia de Vida nos Campos*, Porto, Livraria Chardron, 1903.

⁴⁴ Ver atrás nota 4. Sobre a importância dos bens comunais para as populações (beirãs, neste caso) e a resistência plurissecular às tentativas de apropriação dos mesmos, ver Nunes de Oliveira, *op. cit.*, pp. 178-183 e pp. 442-443.

uns patacos, o seu ideal é comprar a courela ao compadre que se atrasou na vida, lá porque lhe morresse a vaca ou a mulher comprasse um lenço a mais na tenda.” (*Aldeia*, p. 101). Propriedade que é fonte de poder, de prestígio, de capital económico ou simbólico. Geradora de concorrência inter e intra-familiar, levada por vezes a extremos de violência. como sucede num episódio em que Pedro Cabanas, um “rapaz mais igual aos outros que se pode imaginar”, assassina um vizinho que batera num seu irmão que lhe invadira uma propriedade com gado. Como mostra o autor, o homicídio é provocado por um conjunto amplo de factores onde entram o prestígio de cada família e finalmente a auto-estima e a própria identidade masculina, que se afirma pela violência física (*Aldeia*, pp. 315-332). O individualismo que estudiosos como Óscar Lopes detectam em Aquilino poderá muito bem ter uma das suas origens numa condição camponesa definida pela sua relação com a propriedade, matriz da posição social. Ou a sua interpretação da experiência camponesa ser penetrada também por alguma influência de certos tópicos associados ao darwinismo: “a existência para os seres vivos, todos à uma, não passa de acerbica e contínua luta” (*Geografia Sentimental*, p. 344).

3. A FAMÍLIA

A família camponesa é há muito reconhecida como uma unidade básica de organização social em meio rural⁴⁵. Por isso, a sociologia e a antropologia rurais deram uma grande ênfase ao seu estudo, abrangendo domínios como o do seu papel económico o da divisão do trabalho doméstico e o do seu próprio processo de reprodução social. O estudo deste último, em particular no relativo às estratégias matrimoniais e sucessórias conheceu um grande desenvolvimento nas últimas décadas não só em antropologia, mas nos campos da história e da sociologia da família⁴⁶. Em Portugal, já fora objecto da atenção por parte dos seguidores mencionados de Le Play, Poincard e

⁴⁵ Cf. Shanin, *op. cit.*, pp. 3-4.

⁴⁶ Do vasto “corpus” de trabalhos existentes, citam-se dois dos mais influentes como ilustração: Pierre Bourdieu, “Célibat et Condition Paysanne”, in *Études Rurales*, 5-6, 1962, pp. 32-135; Jack Goody, *Production and Reproduction: a Comparative Study of the Domestic Domain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

Descamps, e viria a suscitar uma atenção renovada a partir da década de oitenta⁴⁷.

Os textos de Aquilino incidem frequentemente sobre a vida da família rural – desde as primeiras obras, *Jardim das Tormentas* e *Terras do Demo*. Algumas das suas abordagens são francamente “pobres” em termos informativos e valem sobretudo como testemunho da posição do escritor. Constituem indícios reveladores do contexto em que viveu e escreveu, como é o caso do tratamento diferenciado dos géneros – não restringido à arena familiar –, regido por uma perspectiva que reproduz estereótipos de superioridade masculina, com o feminino claramente secundarizado, no plano erótico e no da capacidade de acção. Em contrapartida, outros revelam uma reflexão mais profunda sobre o universo familiar e nomeadamente sobre a imbricação no mesmo entre *interesses* e *emoções*⁴⁸.

Uma das ficções que, em *Aldeia* (128-143) como em outras obras, está inserida em narrações respeitantes a diversos aspectos da vida rural, é a relativa à família de José Flora. Este, menino pobre de família numerosa, vai guardar gado para o monte, depois emigra para o Brasil e, regressado, transforma-se em proprietário rural. Na aldeia conhece uma mulher que havia feito o trajecto de tantas raparigas pobres, servindo desde menina como empregada doméstica, a Lourença Toqueriné. Tal como ele poupou, e esse aspecto, conjugado com a socialização em meio mais próspero, fizeram dela, conquanto nos quarenta, um parceiro matrimonial adequado para José. Do casamento, como prolongamento natural, e depois de muita ansiedade, veio uma filha única e herdeira, a justificação dos trabalhos dos pais. Mais tarde, os pais irão contrariar a inclinação erótica desta filha por alguém com poucos meios e apresentado como um rebelde que os poderia vir a tratar mal quando velhos,

⁴⁷ Refiram-se, sem pretensão de exaustividade: Brian Juan O’Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: a Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1984; João de Pina Cabral, *Sons of Adam, Daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986; José Manuel Sobral, *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999; Manuel Carlos Silva, *Resistir e Adaptar-se: Constrangimentos e Estratégias no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento, 1998.

⁴⁸ Cf. Hans Medick e David Warren Sabean, “I. Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology”, in os mesmos, editores, *Interest and Emotion: Essays on the History of Family and Kinship*, Londres e Paris, Cambridge University Press/Édition de la Maison des Sciences de l’Homme, 1984.

para ela desposar noivo pouco atraente, mas que possuía bens e se apresentava como obediente ao poder paternal e trabalhador. A filha casa, mas para os pais desponta novamente a angústia, pois do novo casal não há filho, um herdeiro, dada a incapacidade procriadora do marido. O sucessor virá a ser obtido com a intervenção do pretendente rejeitado, que se insinua posteriormente ter sido assassinado pelo avô da criança, sob a capa de um acidente de trabalho.

Nesta pequena história encontramos condensadas motivações do agir teleológico das famílias rurais – mas com dimensões que extravasam o meio camponês. O património duramente adquirido ganha sentido pela construção de um universo familiar com uma identidade própria, que estabeleça a continuidade entre as gerações e sancione o afastamento dos colaterais. A história das aristocracias – ou dos patriciados burgueses – com a sua ênfase na preservação da identidade familiar constituída pela ligação entre uma posição, um património e um nome, não é (muito) diferente.

O grupo doméstico – a família nuclear, nomeadamente – é representado como a unidade básica da vida social. Por isso mesmo é um lugar de tensões e conflitos, que mostram a indissociabilidade entre interesses e afectos. O espaço familiar, mormente o da família pobre, é marcado pela hostilidade, pelo ódio, gerados pela penúria. Nas *Terras do Demo*, por exemplo, surge-nos o conflito entre a filha, o genro e a mãe viúva, que constituem, com um irmão solteiro, o grupo doméstico. A hostilidade – ora surda, ora expressando-se abertamente – entre consanguíneos ou parentes por aliança é uma constante. A mãe, filha de um estalajadeiro, roubara um dia um almocreve que pernoitara na estalagem. Embora o negue, será sempre suspeita de esconder o tesouro roubado – um saco de libras de ouro –, enquanto leva uma vida somítica de trabalho. O genro, sem nada de seu, e a filha, perseguem esse ouro escondido, que lhes iria mudar a vida. Quando finalmente o genro se apodera do ouro, o que também significa apoderar-se do poder no âmbito doméstico, a mãe idosa põe termo à vida.

Esta imagem da família, aqui resumida de um modo que abole a riqueza de matizes da ficção narrativa, repete-se ao longo de múltiplas obras. Cobiça, poder, ódio, alianças tácticas, surgem num fresco dominado pela miséria e pelo desejo de lhe escapar. Miragem da riqueza que levará à busca de tesouros que se julgam escondidos, rebentando com as orcas ou dólmenes onde se julga estarem (*Aldeia*, pp. 333-334), ou ao frenesim da pesquisa – e pilhagem – do mineral em *Volfrâmio* (1944).

Esta imagem do mundo familiar não exclui outras, onde surge o afecto e nomeadamente o afecto conjugal – veja-se a representação do mesmo no modo como é apresentada a ligação entre o personagem principal e a mulher em *O Malhadinhas*. Mas é, sem dúvida, a mais forte. Também não constitui um exclusivo dos mais pobres, como podemos ver em *A Casa Grande de Romarigães* (1957), cujo referente é a pequena nobreza rural minhota. O romance propõe-se narrar a história de uma casa de morgados, herança da esposa do escritor, cuja família havia adquirido a quinta sede do vínculo no século XIX. É a história de uma família que se institucionaliza como património e linha de parentesco com a edificação da habitação com capela, a demarcação da propriedade, a geração de um sucessor – bastardo, pois o fundador do vínculo e da *dinastia* é um padre. Surgem-nos os ódios entre irmãos, em torno do controle do património e da linha sucessória, que levam ao assassinato. As lutas entre tios e sobrinhos. A política matrimonial. O recurso à bastardia para assegurar um continuador.

A ficção de Aquilino reconstitui um mundo de conflitos intra-familiares que não se reduz ao universo social – o planalto beirão das *Terras do Demo*, as serras e veigas do Alto Minho da *Casa Grande de Romarigães* – que identifica como cenário das suas narrativas. Pelo contrário, os conflitos no seio destas famílias – plebeias ou nobres – são versões situadas – no tempo, no espaço e na condição social – de um repertório conflituoso da vida em cenário familiar. Esses conflitos são narrados, na tradição ocidental, desde a Bíblia – Caím e Abel – à tragédia grega, às crónicas medievais ou a Shakespeare⁴⁹. Os casebres da Beira são cenários comparáveis aos palácios ou castelos dos grandes. Seja qual for a natureza dos conflitos narrados, estes aspectos mostram como o local, no texto de Aquilino, não é um espaço por absurdo segregado, mas um microcosmos do universo das paixões humanas – desejo, poder, ódio... – que aí se fazem sentir em toda a sua plenitude. Ele próprio reivindicou, como já antes se mencionou, a presença dessa universalidade *no local* (*Abóboras no Telhado*, p. 72).

⁴⁹ A história da Guerra das Duas Rosas, tão importante em Shakespeare, é eleita como termo de comparação do conflito aldeão, embora não no contexto da família, mas no de uma amarga disputa entre vizinhos, em *O Homem da Nave*, p. 102. Na bibliografia portuguesa que respeita ao conflito interfamiliar em meio rural, tratado em várias das monografias referidas mais recentes, é de destacar o estudo de Manuel Carlos Silva, “Conflitos interfamiliares e *mal de inveja*”, in *Análise Social*, vol. XXXVII (162), 2002, pp. 209-241.

4. A ALDEIA, OS CAMPONESES E O MUNDO À SUA VOLTA

Embora claramente dominado pelos mais humildes, o universo social dos escritos de Aquilino abrange todos os grupos da sociedade rural – nos quais se incluem os detentores de poder, como a camada superior que habita as vilas. É um mundo de “ricos” e de “pobres”, de acordo, aliás, com a representação mais generalizada do mundo social que encontramos no universo rural, evocada por Aquilino⁵⁰. Mundo do pastor, do jornaleiro, do pequeno proprietário, do almocreve, do sapateiro aldeão, do mestre-escola e do professor, do carpinteiro, do ferreiro, do taberneiro-merceiro, do usurário, do proprietário abastado – como o republicano senhor Timóteo de *O Livro do Menino Deus* – do barbeiro-cirurgião, do padre-mestre – o de *A Via Sinuosa* (1918) – e dos abades, dos fidalgos, ou de algum advogado – como o dr. Rigoberto de *Quando os Lobos Uivam* (1958). No seu entorno imediato os pequenos poderes concelhios dos funcionários da Vila, do Juíz e do Subdelegado, do administrador do concelho e do presidente da câmara, do médico. Estes constituem o primeiro e mais importante círculo concêntrico que rodeia a aldeia ou a freguesia e com o qual as relações são mais intensas. Na cidade mais distante, o governador civil ou o bispo, as últimas instâncias que os rurais ainda frequentam. A capital é o mundo mais longínquo, de onde sobretudo provêm normas que afectam o viver serrano, protagonizadas por altos funcionários como sucede em *Quando os Lobos Uivam*.

Os habitantes das aldeias humildes surgem-nos como explorados, mas não no sentido de Marx, expresso através da teoria do valor. Aquilino não era marxista e a exploração não surge nas suas páginas sob a forma de uma oposição entre protagonistas do capital e do trabalho; chega mesmo a afirmar em tom de censura num dado momento que “O obreiro o que pretende é vencer o salário com o menor esforço possível” (*O Homem da Nave*, p. 115)⁵¹. A

⁵⁰ *Quando os Lobos Uivam*, pp. 94-95. Ver a respeito desta classificação social dicotómica, Stanislaw Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979 (1957).

⁵¹ Um advogado em *Quando os Lobos Uivam* diz de um acusado de “criptocomunista”, que este apenas defenderia deveres morais recíprocos entre os humanos e exprimiria “certa mágoa pela desigualdade das condições humanas”, que se encontram tanto nos mandamentos da lei de Deus como nas páginas de Tolstói (p. 197); esta afirmação afigura-se uma declaração de princípios morais do escritor, que havia sublinhado o igualitarismo da mensagem cristã em *O Livro do Menino Deus* e conhecia a crítica do

exploração de que fala é a de quem, em seu entender, trabalha, e desde logo os rurais, pelos que apresenta como ociosos de todo o tipo, das finanças à política: “Portugal reparte-se assim em dois hemisférios sociais: uns afadigados a não fazer coisa nenhuma, os outros derreados a labutar, fartos de cuspir às mãos – o termo é sujo, mas é deles, dos escravos -, regidos ainda pelo ritmo que, diz a Bíblia, vem do anátema original. Com esta categoria de gente a uma banda: os parasitas de luva e polaina, os pisa-flores, os filhos-família ociosos, os artistas da falcatura, milionários, plutocratas, mandarins da política, turgescências do mesmo rizoma, de cócoras diante da ampulheta a ver quando se escoar a areia; a outra: os cavadores e os homens de profissão, extenuados na sua mediocridade” (*O Livro do Menino-Deus*, p. 173). É a exploração do estado sobre os habitantes do planalto serrano, por vezes expressa violentamente como sucedeu no processo de expropriação dos baldios denunciado em *Quando os Lobos Uivam*. Exploração do estado da qual diz, referindo-se de qualquer modo ao pretérito: “Outrora o papel do Estado em relação à aldeia confinava-se nisto: sugá-la” (*Aldeia*, p. 23). E esse estado é (ainda) o da representação construída pela propaganda republicana do tempo da sua juventude: “O Estado em Portugal têm sido os reis, os padres e os fidalgos” (*O Homem da Nave*, p. 135). Essa representação adequava-se a um passado histórico em que as instituições estatais, religiosas e a nobreza oneravam pesadamente a produção camponesa e controlavam as mais importantes instâncias de poder estatal⁵².

O estado significava fisco, uma justiça onerosa e passível de corrupção, um serviço militar odiado (*Aldeia*: 26-34). Em contrapartida, este estado predador nada dava em troca. Para contornar a nível pessoal a sua situação de inferioridade, e ter capacidade de acção face aos outros e às agências do estado, o subordinado recorria aos patronos, cujos interesses – eleitorais, sobretudo – defendia. O conhecimento do clientelismo está patente nas personagens de caciques como o D. Nicéforo de *Uma Luz ao Longe*, o padre

estado (czarista) e da desigualdade, a defesa do campesinato, de Tolstoi, do qual fora tradutor – v. Um Escritor Confessa-se, *op. cit.*, p. 179.

⁵² Não valerá a pena entrar aqui em grandes considerações sobre a situação a nível nacional; no caso da Beira Alta, o historiador João Nunes de Oliveira – *op. cit.*, pp. 189-190 - admite, baseado na observação de um pároco, a possibilidade de uma percentagem de tributos sobre a produção de 50%, feita em benefícios de instituições (a Patriarcal de Lisboa, p. ex.) ou de membros da nobreza, o que é corroborado por outros historiadores em outras regiões.

Taranta de *Aldeia*, o D. António Telmo Montenegro de *A Casa Grande de Romarigães*.

Aquilino não foi o primeiro escritor a referir-se ao caciquismo, à importância das relações assimétricas de clientela, nem à sua ubiquidade - este era um tópico que se desenvolveu nas últimas décadas do século XIX. E houve o que com algum exagero se poderia designar uma etnografia autobiográfica do fenómeno, a obra *A Minha Candidatura por Mogadouro* (1901) de Trindade Coelho, devendo-se ao Abade de Baçal a compilação de materiais mais sistemáticos relativos ao clientelismo, para o distrito de Bragança, como *Os Caciques* e *Os Notáveis*; trata-se de obras excepcionais, pois o domínio da política, como em geral o das relações de poder, foi o grande excluído da etnografia do mundo rural português e em boa medida da antropologia mais recente⁵³. Ainda assim, e tratando o clientelismo em termos novelescos, é-nos revelada a multidimensionalidade dos circuitos do favor, que extravasam o campo da política, e atravessam sucessivos regimes: Monarquia, República, Estado Novo. As suas páginas representam um contributo valioso para o estudo dos tópicos da relação entre espaço local e sociedade englobante, entre colectividade rural e estado, para a análise do papel dos intermediários, bem como para uma abordagem das diversas modalidades de poder, que foram tema de pesquisa na antropologia dos meios camponeses nas últimas décadas⁵⁴.

Os camponeses explorados não formam colectivos horizontais e irmanados em luta. Como já foi assinalado por Óscar Lopes, o texto de *Quando os Lobos Uivam* contém uma referência rara de unidade – contra o Estado – num mundo onde o conflito é sublinhado. Mas mesmo aqui a unidade não abrange todos. É representada como precária e repleta de fissuras que emergem de interesses contraditórios; enquanto para alguns a florestação dos baldios é uma perda irreparável, para outros constitui uma oportunidade de emprego estatal, para citar um exemplo colhido neste romance. Os ódios no seio familiar prolongam-se nas relações de vizinhança, como se assinalou.

⁵³ Ver genericamente sobre o caciquismo José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida, “Caciquismo e poder político: reflexões em torno das eleições de 1901”, in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 649-671. As obras do Abade de Baçal estão incorporadas nas suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (1909-1948), reeditadas pelo Museu Abade de Baçal na década de oitenta.

⁵⁴ Ver a este respeito, a título meramente indicativo, a síntese de algumas destas problemáticas em Eric Wolf, *Peasants*, New Jersey, Prentice-Hall, 1966.

Não que estas se resumam à hostilidade, a solidariedade existe, mas esta afigura-se frágil. A ajuda dada a um casal pobre com uma filha em *A Casa Roubada*, transforma-se em guerra sem quartel, quando a filha do casal não corresponde ao desejo libidinoso de um dos que primeiro havia socorrido a sua família. Em “Tem bom corpo...trabalhe!”, novela inserta em *Casa do Escorpião*, um jornaleiro com alguma terra de seu vê fechar-se o mundo das solidariedades, quando procura alimento para a vaca, que materializava o seu sonho de ascensão social; os lavradores para quem sempre trabalhara negam-lho e a vaca morre mesmo depois do dono ter recorrido ao furto para a nutrir. Condenado pelo roubo, condenado pelas barreiras de classe que o culpam pela ambição, o pobre cabaneiro suicida-se.

O mundo rural de Aquilino está conscientemente nas antípodas do bucolismo de um Júlio Dinis e de outras representações idealizadas do mundo rural (*Abóboras no Telhado*, 71-79). Escreve em *Geografia Sentimental* (p.95): “O serrano é mau, improgressivo, cruel e impiedoso”. As razões de tal natureza radicariam na miséria e escravatura que haviam estruturado o seu viver multissecular.

Se as circunstâncias sociais eram responsáveis pela génese de um modo de ser que um Bourdieu poderia classificar como *habitus*, Aquilino refere uma moldagem do comportamento humano pelo meio que não se restringe ao social. Insere nela a componente física do território (*Arcas Encoiradas*, p. 115), estabelecendo uma forte cumplicidade entre meio físico e humano ao nível do comportamento e da fisionomia e representando os homens por analogia com o meio (um meio em que se incluem os animais)⁵⁵. Atente-se, por exemplo, neste trecho de *A Casa Roubada* (p. 112), em que exalta a figura de um caçador e pescador furtivo, caracterizado como dotado de um sólido sentido de justiça: “(...) Tinha as manhas boas e más dos viventes, em especial as dos bichos que exercem a actividade de noite, e sob o ponto de vista humano aqueles que se resumem em amar e odiar. A sua fisionomia era a da própria serra, tendo a alegre e descuidosa fleuma de água perdida pelos

⁵⁵ O *habitus*, para Bourdieu, é um produto de condicionamentos e condicionalismo estritamente sociais, uma *naturalização do social*, o social feito corpo, incorporado – cf. Pierre Bourdieu, *Esquisse d' une théorie de la pratique, précédé de trois études d' ethnologie Kabyle*, Genebra e Paris, Librairie Droz, 1972. É algo radicalmente distinto das analogias encontradas entre meio físico, comportamento animal, comportamento humano e corpo (fisionomia), pelo escritor.

chavascais, a ligeireza sem causa nem rasto do vento, a frugalidade dum láparo, o ardil do raposo e em certas ocasiões a ferocidade do lobo”. O recurso, frequente em literatura, de ligar sentimentos ou carácter à fisionomia, perspectiva que foi acolhida no século XIX na chamada “antropologia criminal”, como em Lombroso, prolonga-se em Aquilino na leitura antropomórfica da vida animal, porventura também nutrida pela sua experiência de rural e caçador⁵⁶. E, ao nível dos animais, encontramos exaltados comportamentos ideais. Como os que atribui ao lobo – intransigência, liberdade, inteligência, sentido de independência, mas também de família, (*O Homem da Nave*, pp. 85-95). Não por acaso o personagem exemplar de *Quando os Lobos Uivam* é ele próprio um amigo dos lobos. O lobo, escreve o antifascista Aquilino, ao referir-se à sua resistência às *torturas* humanas: “(...) é como um *rojo* [vermelho] de 1936 [início da Guerra Civil em Espanha]” (*O Homem da Nave*, p. 91). Mas o camponês nem sempre pode ser lobo. Muitas vezes tem de ser raposa, animal emblemático da astúcia no imaginário popular e tão importante para Aquilino – o autor de *O Romance da Raposa* -, tem de ter manha. Para se ser lobo tem de se ser raposa, como o Manuel Vidigal, personagem de uma ficção de *O Homem da Nave*, que disfarça os seus sentimentos para levar a cabo impunemente um atentado quase fatal ao conquistador aldeão que arruinara a reputação da filha.

Os camponeses pobres não formam um colectivo moral exemplar, mas também não surgem como indivíduos destituídos de recursos ou de expediente. São personagens dotados de agência própria e de uma astúcia calculista e manipuladora que o autor claramente valoriza⁵⁷. A condição de pobre e a ausência de poder que dela decorre, legítima em Aquilino comportamentos decorrentes da mentira ou do embuste, como a venda do cavalo esgotado pelo *Malhadinhas*. Não é por acaso que a figura do pícaro é tão importante na sua obra - veja-se o Gil Sapateiro de *O Homem da Nave* - que se refere tantas vezes ao protagonista do *Lazarillo de Tormes*: o enjeitado

⁵⁶ Sobre a fisionómica, pseudo-ciência associada à “antropologia criminal” e à chamada “psicologia dos povos” e que também se referia a correspondências entre os animais e os homens, ver Julio Caro Baroja, *La Cara, Espejo del Alma: Historia de la Fisiognómica*, Barcelona, Círculo de Lectores, 1987.

⁵⁷ Aquilino conhecia bem a face oculta do comportamento dos subordinados, posta em relevo por um James C. Scott; ver *Domination and the Arts of Resistance-Hidden Transcripts*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1990. Em *Quando os Lobos Uivam* há múltiplas referências às formas de luta ocultas dos subordinados, como a sabotagem de máquinas, o envenenamento de cães-polícias e o fogo posto.

da sorte, que começa como moço condutor de um cego que o maltrata e vive do embuste. Pícaro que se encontra também na obra contemporânea de Cervantes, que traduziu, ou de Quevedo. Tão importante que um dos personagens principais da novela *Salamaleque* – inserta na colectânea *Caminhos Errados* – é um falso beato milagreiro que, filho de pobres, começara a vida como moço de cego. A astúcia e inteligência do pícaro são armas da sobrevivência. Também os seus camponeses serranos buscam escapar à fome por todos os meios, incluindo os condenáveis pela ordem jurídica ou pela moral oficial – roubar volfrâmio, emigrar clandestinamente, pilhar ninhos de pássaros, envenenar rios -, e o romancista professa uma clara simpatia por eles. A empatia com os serranos, na sua luta pela sobrevivência, prolonga-se na rejeição das humilhações – o quotidiano multissecular do campesinato pobre, que o tornou “mau” - por parte dos prepotentes. Por isso aparece-nos a apologia da criança que, brutalizada num colégio por um colega mais forte, recorre à navalha (*Uma Luz ao Longe*, p. 171), como a do pai que vinga a honra própria e da filha pela tentativa de homicídio (*O Homem da Nave*). A vingança, desde que legítima, é exaltada como forma de justiça: “Uma vingança (...) é sempre um acto menos digno pelo que tem de tenebroso. Mas é o mesmo. Toda a justiça no fundo é uma vingança. Vingança do fraco, do inocente, do justo ou da sociedade.” (*O Homem da Nave*, p. 230).

A etnografia nos textos de Aquilino não se reduz à economia, grupos sociais, estratégias envolvidas na reprodução social, relações assimétricas de poder, designações que envolvem dimensões da vida rural atrás mencionadas de acordo com o agrupamento temático a que se procedeu neste ensaio. O escritor, aliás, não decompôs o local em categorias analíticas, antes procurou fornecer um retrato holista do mesmo. Por isso, encontramos na sua obra uma autêntica descrição do calendário agrícola – a narrativa de *Aldeia* acompanha as estações, da Primavera ao Inverno - bem como do ciclo festivo cristianizado, como na festa natalícia ou na Paixão, que o acompanha. Um ciclo festivo ligado à sociabilidade expressa nas feiras e nas festas, cujos aspectos tidos por profanos – o comer, o beber, a exaltação sensual dos sentidos – ele, materialista e panteísta, defende das invectivas eclesiásticas, que procuravam separar o religioso do profano. “Se um copo de vinho”, escreve, “um bolo de carne são viáticos úteis ao cadáver, tomados em sociedade, na comunicativa fraternidade da roda beneficiam não menos o espírito. Cantar, rir, folgar, apanhar mesmo uma honesta piela, sempre dealbaram simultaneamente os dois elementos de que se compõe, segundo S. Tomás e o abade de Salamonde, o ente racional. De permeio, acerta inserir-se tal e tal excesso, como a sua cabeça rachada, a morte de algum tolo, uma

facadinha no sexto mandamento, a perda de compunção depois de agradecido o milagre. Resta saber se tal joio não é compensado de sobra pelo grão limpo e saudável que se colheu para benefício colectivo (*Aldeia*: 149). As festas, feiras e romarias, que o autor descreve e defende, mostram que estão vivas em Aquilino manifestações do que Mijail Bajtin (Bakhtine) definiu, no contexto do seu estudo em torno da obra de Rabelais, também ele apreciado pelo autor, como uma cultura popular do riso, da derisão e inversão e da exaltação dos sentidos⁵⁸. Analisa o Entrudo, com as suas manifestações de comida em excesso, de inversão social, em que se parodia a própria religião. Também escreve, a propósito de uma presumível origem do Entrudo: “Donde saiu o estafermo? Donde havia de sair? Saiu precisamente das dobras bolorentas de suas almas enfadadas e da farsa que vêm representando todos os dias da vida, mais particularmente da compressão a que sujeitam seu riso, suas opiniões, suas mentiras e suas verdades. O Carnaval é o incubo de cada um à solta. (...) Sem o seu ópio, o Mundo seria insuportável e a roda do ano descambaria para a vala dos cemitérios. E a sua infalível persistência está em que o homem tem necessidade dela, necessidade visceral, necessidade teológica, como as de bocejar, esquecer, tomar ar, adorar os deuses” (*O Homem da Nave*: 166-167). Quase se torna desnecessário mencionar quantos destes tópicos têm sido temas de investigação em antropologia.

EM JEITO DE CONCLUSÃO: O CRONISTA DE UM MUNDO EM MUDANÇA

O espaço deste ensaio não é suficiente para analisar em toda a sua extensão o contributo de Aquilino Ribeiro para a etnografia portuguesa. Por conseguinte, irei terminar com algumas brevíssimas reflexões sobre o tempo e o espaço da sua obra à luz da minha própria experiência de antropólogo que estudou um contexto rural beirão⁵⁹. Encontrei ainda, várias décadas depois da publicação da sua obra, e num espaço social que não é o do seu planalto pobre, muito do que diz da economia camponesa; muita memória do que designa como “tempos da fome”. Ainda vi por vezes a mesma existência dramática de escassez, a mesma sujidade – que começava na penúria, como afirma (*Arcas Encoiradas*: 153) –, que marcaram tanta aldeia rural da Beira. Nas palavras e

⁵⁸ Mijail Bajtin, *La Cultura Popular en La Edad Media y Renacimiento*, Barcelona, Barral Editores, 1974.

⁵⁹ José Manuel Sobral, *Trajectos*, *op. cit.*

nos documentos descobri os ecos das estratégias reprodutivas similares das dos fidalgos de *A Casa Grande*. Na vaidade de um jornalista possuir uma Quinta, que é um quintal – 1 hectare – descortinei uma situação análoga à que ele diagnosticara décadas antes. Encontrei os conflitos interfamiliares e entre famílias e vizinhos, tão relevantes na sua obra.

Aquilino, nascido no século XIX, e que conviveu com indivíduos nascidos na primeira metade do mesmo, assistiu ao começo do fim do mundo rural em que crescera. Algumas das vias desse fim saudou-as, progressista que era. Sucedeu isso com a electricidade, as camionetas – sempre o maravilharam as revoluções nos transportes - até as viagens de avião. Porém, como vimos, era um progressista ambivalente e um céptico quanto à equivalência entre progresso material e melhoria moral. Assistia, depois da 2ª Guerra Mundial ao que chamou “crepúsculo da lenda e das tradições” (*Arcas Encoiradas*: 135), com o fim das tradições natalícias – com as fogueiras do ceppo – as Endoenças da Semana Santa, a revolução no traje, nas danças, na alimentação, que já recorria cada vez mais ao mercado, adquirindo, por exemplo, bacalhau (*Arcas Encoiradas*: 139-140).

Pelas novas estradas fez-se a emigração para os países da União Europeia, com uma amplitude que levou ao esvaziamento do universo rural, em particular das zonas mais pobres, como as aldeias da Nave. Hoje são terras de velhos, que todos os Verões revivem com a chegada dos emigrantes. E, com eles, vêm os estilos de vida negociados entre os hábitos herdados e os aprendidos nas terras em que se libertaram da sujeição sem esperança, da penúria extrema que foi a do seu viver multissecular. Vivem hoje não no tempo da chula, mas na era chamada da globalização, cujas primeiras manifestações creio que Aquilino identificou, quando se referiu à influência do “laminador utilitário do americanismo reinante” (*Arcas Encoiradas*: 134). Aquilino foi o cronista minucioso e criativo desse mundo que se perdeu.

EDIÇÕES DAS OBRAS DE AQUILINO CITADAS NO TEXTO

Jardim das Tormentas

1923 Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, (1.ª ed. 1913).

A Via Sinuosa

1983 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1918).

Terras do Demo

1993 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1919).

Aventura Maravilhosa de D. Sebastião

- ? (1.ª ed. 1936).

Portugueses das Sete Partidas

1992 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1951).

Os Avós dos Nossos Avós

1990 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1943).

É a Guerra

1934 Lisboa, Livraria Bertrand,.

O Servo de Deus e a Casa Roubada

1985 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1940).

Aldeia

1995 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1946).

Romance da Raposa

1989 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1924).

O Malhadinhas

1958 Lisboa, Livraria Bertrand,.

Arcas Encoiradas

1974 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1953).

Geografia Sentimental

1983 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.ª ed. 1951).

O Homem da Nave

1968 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1954).

O Livro do Menino-Deus

1983 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1945).

Casa do Escorpião

1985 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1963).

Uma Luz ao Longe

1985 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1948).

Cinco Reis de Gente

1985 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1948).

Caminhos Errados

1985 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1947).

Volfrâmio

1985 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1944).

A Casa Grande de Romarigães

1974 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1957).

Quando os Lobos Uivam

1959 S. Paulo, Editôra Anhambi, (1.^a ed. 1958).

Abóboras no Telhado

1963 Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1955).

Um Escritor Confessa-se

1972 Lisboa, Livraria Bertrand,.